



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

MARIA FIRMINA DOS REIS: E uma Educação Decolonial.

RESUMO

Ao longo da história muitas mulheres foram silenciadas, e este trabalho visa dar continuidade aos estudos que retomam essas narrativas discorrendo a respeito de Maria Firmina dos Reis, responsável por escrever diversas obras críticas à escravidão, fundadora de uma das primeiras escolas mistas do país, atuando como docente. Além disso o trabalho elucidará a importância de levar a autora para as salas de aula, trabalhando a participação da construção da sociedade pelos sujeitos que foram marginalizados da história, construindo assim uma educação feminista e decolonial.

Palavras-Chave: Maria Firmina dos Reis; História das Mulheres; Educação Decolonial.

ABSTRACT

Throughout history, many women have been silenced, and this work aims to continue the studies that rescue these narratives, discussing Maria Firmina dos Reis, author of several works critical of slavery, founder of one of the first mixed schools in the country and active as a teacher. In addition, the work will elucidate the importance of bringing the author into the classroom, working on the participation of subjects who have been marginalized in history in the construction of society, thus building a feminist and decolonial education.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; Women History; Decolonial Education.

Introdução

É notável o aumento de pesquisas voltadas a personalidades que há muito tempo foram apagadas da história. E o motivo certamente se dá por diversas questões, mas principalmente a partir da década de 60 com o início da terceira geração da Escola de Annales que se amplia o campo histórico e abarca uma pluralidade de objetos de pesquisa entre a história das mentalidades, buscando dar visibilidade aos indivíduos que foram marginalizados e esquecidos pela história oficial. Paralelamente, as contribuições também se dão pelos movimentos sociais que se preocupam em trazer essas personalidades para que haja uma maior representatividade. É de extrema importância, evidenciar essas pessoas que contribuíram para a história do país, portanto, como romper esse silêncio? A proposta deste trabalho é trazer à tona reflexões da escritora Maria Firmina dos Reis, uma das primeiras romancistas do Brasil, mostrando a sua contribuição como mulher negra na história, que a partir de sua morte, no começo do século XX até a “redescoberta”, quase cem anos depois, foi apagada. Não obstante, a pesquisa, defende a importância de levar essa personalidade para a sala de aula, com o objetivo de trazer para o currículo escolar a representatividade da mulher e do negro e de suas contribuições para a sociedade.

A proposta em utilizar os trabalhos de Maria Firmina dos Reis em sala de aula, permite a abertura de um segmento pedagógico crítico e decolonial. O ensino tradicionalista há muito tomou conta e ainda está presente nas escolas públicas, limitando o exercício de formar sujeitos pensantes e críticos, e não dando voz aos próprios. Bell hooks defende em sua obra “Ensinando a Transgredir” não só a pedagogia freiriana como também a feminista e anticolonialista. Seguir o ensino libertador em sala de aula parte do professor a partir do momento em que ele se conecta com cada aluno, sendo assim, é necessário levar em conta as vivências e o meio de cada estudante para que dessa forma o ensino seja eficaz e atinja a todos, pois segundo hooks (2013) “Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela.”

Partindo desse pressuposto, as obras de Firmina dão pauta para um diálogo a respeito da condição dos escravizados e das mulheres no século XIX. A autora, que por 50 anos permaneceu apagada da história com seus escritos que possuem um forte caráter anti escravista e abolicionista, viveu muito à frente de seu tempo, não só por seus ideais, mas por ser uma mulher negra considerada até o presente momento como primeira escritora brasileira. O que parte para os seguintes questionamentos: Por que uma escritora que possui a mesma escrita e cânone de autores consagrados como por exemplo, José de Alencar, e que trazia em suas obras assuntos pertinentes de seu ponto de vista sobre a escravidão, permaneceu por todo esse tempo silenciada na história e dentro das salas de aula?

Além de trazer à tona os trabalhos de Maria Firmina dos Reis, a seguinte pesquisa busca elucidar como suas obras podem explicar o contexto da população no final do século XIX já que segundo Chartier (1991) “A tarefa do historiador é, então, a de reconstruir as variações que diferenciam “os espaços legíveis”- isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua “efetivação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”. Sucedendo-se, questionar o silenciamento da autora comparada aos outros contemporâneos a ela, além de mostrar como pode ser relevante o seu uso pedagógico para alunos do ensino médio.

É por meio da leitura de suas obras que se constata seu contexto, no caso na segunda metade do século XIX, e como todas as ideias antiescravistas e abolicionistas que estavam em voga naquele período influenciaram seus trabalhos. Mediante o exposto, os estudos de Roger Chartier refletem para a realização da pesquisa, já que foi necessária uma análise das obras da autora, quem as escreveu, onde foi publicada, e para quem ela os escreveu.

Maria Firmina dos Reis foi uma das milhares de mulheres apagadas da história oficial, dessa forma não temos imagens que comprovem como realmente era sua fisionomia, apenas relatos de seus ex-alunos e filhos adotivos que comprovam que era uma mulher negra. Por conseguinte, com o “redescobrimento” da autora, a cidade onde ela havia crescido, a homenageia com uma imagem idealizada de uma mulher branca claramente de elite para representar a escritora, como afirma Régia Agostinho da Silva (2013) “Talvez

para as pessoas da cidade, pensar Maria Firmina dos Reis dessa forma fosse mais aceitável com a imagem de uma mulher tão importante no século XIX.”

Para pensar a cerca de uma educação crítica e decolonial, trazendo a autora para a sala de aula, a pesquisa conta com a obra de bell hooks “Ensinando a Transgredir” que defende um ensino antirracista fundamentado na pedagogia freiriana, para ela “Está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação.” Desta forma, levar para a sala de aula, a mulher e o negro e explanar sua contribuição para a sociedade brasileira é o primeiro passo para uma educação antirracista.

MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA BIOGRAFIA

No período helenístico, os gregos se apropriaram da figura egípcia de Hórus em sua forma infantil, que era representado por uma figura com o dedo na boca. Na mitologia grega essa figura é convertida para o deus Harpócrates, que simbolizava o silêncio. Harpócrates, desta forma, pode ser utilizado para representar a história das mulheres que sofre com esse silenciamento resultante de uma narrativa patriarcal, como cita Perrot:

Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estiveram fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (Perrot, 1998, pág. 9)

Pensar a condição da mulher no contexto em que viveu Maria Firmina dos Reis, é sobretudo compreender o processo da educação feminina no Brasil até o século XIX. O investimento para educação no país era voltado apenas aos homens, no intuito de formá-los para administrar suas terras ou os enviarem ao exterior para estudarem. Às mulheres apenas lhe cabia a instrução para servir ao lar e o marido, é somente em meados do século XIX, após a Independência com a Constituição de 1824 (art. 178/32) que colocava a instrução primária como gratuita para cidadãos brasileiros, que podemos observar uma mudança em relação a educação feminina, lhes dando acesso às escolas que ofereciam o ensino das primeiras letras, religião e instrução ao lar. Mas é graças a essa

mudança na constituição brasileira que contemplava o ensino gratuito para todos, que de acordo com Katiana Souza Santos

Podemos afirmar que a escolarização sistematizada feminina deu novos ares à condição da mulher na sociedade. O acesso a outras realidades, mesmo que por meio das letras instigou o imaginário de algumas mulheres. Muitas destas, como o exemplo de Maria Firmina, se tornaram pioneiras em áreas distintas, contribuindo para uma mudança significativa do comportamento feminino nos séculos posteriores (Santos, 2016, pág. 121).

No Império, assim como na Colônia, observamos que a educação feminina ainda foi ignorada, servindo mais como, o que Patrícia Rodrigues Augusto Carra (2019) menciona, “vitrine social”, pois ela diz que “As filhas de representantes da elite brasileira recebiam uma educação voltada para o convívio social: falar francês, conversar polidamente, portar-se com elegância e refinamento, tocar piano”. Porém é certo lembrar que nesse período muitas mulheres começam a se alfabetizar, seja por aulas no âmbito privado, ou em escolas. Além disso, é importante salientar, que a educação e o letramento das mulheres muitas vezes vinham dos conventos, onde a maioria delas se encontrava por não conseguirem um casamento ou por simplesmente se rebelarem contra o sistema patriarcal familiar. Nestas escolas se ensinava primeiras letras, noções básicas de aritmética, mas nunca abandonando a instrução para o lar. É neste momento que as moças letradas, em busca de sua autonomia recebem a profissionalização docente, já que para o pensamento da época, lecionar para criança associava-se a mulher, pois somente ela possuía os atributos de cuidadora assim como menciona Vera L. G. Kessamiguemon:

[...] uma profissão que, do ponto de vista masculino, era a que mais se assemelhava a ofício de mulher, pela possibilidade de exteriorização dos supostos atributos femininos: docilidade, submissão, abnegação, instinto maternal, dedicação, bem como pela possibilidade de mantê-la sujeita à pressão masculina do poder (Kessamiguemon, 2002, pág. 2).

Desta forma, mulheres pobres que não se casavam, mas buscavam sua emancipação, se inseriram na docência, algo que desde aquela época já era muito desvalorizado, e visto pela sociedade patriarcal como algo sem prestígio social, pois mulheres valorizadas naquele período eram apenas as que serviam a seu lar e seu marido.

É neste contexto que nasce Maria Firmina dos Reis em outubro de 1822-25, filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felipe dos Reis, essa que, segundo alguns relatos foi uma ex-cativa e a responsável pelo incentivo ao letramento da filha, como é dito nas próprias palavras da autora, e sua dedicatória à mãe em “Cantos à beira-mar”:

É a ti que devo o cultivo de minha fraca [inteligência]; - a ti, que despertaste em meu peito o amor a literatura; - e que um dia me disseste: Canta!

Eis pois, minha mãe, o fruto dos teus desvelos para comigo; - eis as minhas poesias: - acolhe-as, abençoa-as do fundo do teu [sepulcro] [...] (Reis, 2018, pág. 180).

Criada apenas pela mãe, tia e mais uma prima, cresceu em um ambiente predominantemente feminino. A biografia de Nascimento Morais Filho (1975), foi o responsável pelo “resgate” da história de Maria Firmina dos Reis. Nascimento Morais Filho (1922-2009) Ele foi um poeta, pesquisador e ecologista maranhense, pioneiro movimento modernista em São Luís do Maranhão. Seu envolvimento com Maria Firmina dos Reis começou quando ele se deparou com o nome dela durante sua estadia em Guimarães/MA entre 1959 e 1963, onde foi informado de que ela era uma respeitada professora. A descoberta fundamental de Maria Firmina como escritora ocorreu em 1973, quando Morais Filho encontrou poemas dela e críticas do romance *Úrsula* (1860) enquanto pesquisava textos natalinos em antigos jornais na Biblioteca Pública Benedito Leite. Com isso, ele realizou uma extensa pesquisa, viajando e entrevistando pessoas, localizando o raro exemplar de *Úrsula* por meio do bibliófilo Horácio de Almeida. Por fim, Morais Filho reposicionou Maria Firmina dos Reis na crítica literária, denominando-a a primeira romancista do Brasil, e registrou sua jornada em seu livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (Garrido, 2022). Esse livro contém relatos de filhos adotivos e ex-alunos da autora, foi através da biografia que descobrimos ela como a primeira mulher negra romancista do Brasil, até o momento presente. Não se sabe ao certo se Maria Firmina chegou a frequentar alguma instituição de ensino para as primeiras letras ou até para sua instrução como educadora. A autora nasceu em São Luís, mas cresceu e passou o resto de sua vida no interior de Maranhão, na vila de São José de Guimarães, região em que fundou uma das primeiras escolas mistas do Império.

Maria Firmina viveu em um período onde no Brasil a escravidão era constantemente um tema de debate, já que na metade do século XIX o Império passava por diversas questões que o levariam ao enfraquecimento, e uma dessas questões era a da mão-de-obra. É notável lembrar que o país a partir do início do século até 1850, recebeu a maior quantidade de africanos, estima-se que pelo menos 1.128.320 escravizados. O motivo certamente se deu pelo medo dos fazendeiros de perderem sua mão-de-obra barata, já que antes de ser instaurada a Lei Nabuco de Araújo em 1854, o Brasil já passava por pressões da Inglaterra para que se abolisse o tráfico ultramarino. Por conseguinte, algo que também se intensificou no Império naquele período foi o tráfico interprovincial, principalmente das províncias do Norte/Nordeste para o Oeste Paulista, região que se expandia por conta do café. Segundo o historiador César Augusto Marques, estima-se que o Maranhão, local onde Firmina viveu, tenha traficado um total de 15.338 escravizados entre 1860 e 1887. A província já passava pelo seu auge no desenvolvimento urbano nos setecentos, e foi uma das regiões que mais recebeu os africanos escravizados, alcançando por volta de 1822 a maioria na população maranhense, só em São Luís com 62% dos habitantes (Pereira, 2001, pág. 21).

Com esse aumento de cativos no país consequentemente, aumenta-se as resistências dos escravizados, que desdobram significativamente para um período de revoltas e rebeliões contra o regime escravocrata, que segundo Grinberg (2009) “representaram a principal forma de resistência coletiva, abalando, em muitos casos, a ordem política estabelecida”. Essas revoltas desencadeiam um medo entre os fazendeiros e a população da cidade, enxergando o perigo nesses sujeitos que roubavam, invadiam propriedades ou até matavam como uma forma de se rebelar, assim como relata Alfredo Wagner Berno de Almeida,

O pânico da população da capital atinha-se principalmente à ação dos escravos rebelados, enquanto que no interior da província temia-se os bando de malfeiteiros, os quilombolas e os ataques dos selvagens [...]. O terror e o medo se espalhavam pelas vilas, que se tornavam presas fáceis da ação dos chamados salteadores e de grupos de pilhagem ou os chamados desordeiros do sertão. Boatos e novidades sem autores conhecidos circulavam na capital e no interior dando conta de ataques iminentes. Tais notícias muito propagadas eram muitas vezes infundadas, não obstante semearem pânico (Almeida, 2008, pág. 124-125).

Neste período de pânico urbano, revoltas e novas ideias circulando entre a sociedade brasileira que influenciavam o pensar sobre o cativeiro, nos deparamos com um grupo – que apesar de possuir uma certa polarização – debatia a respeito do sistema escravocrata, os abolicionistas. Podemos dividir esse grupo entre os radicais e conservadores, porém o que sempre prevalecia eram as ideias conservadoras de intelectuais como Joaquim Nabuco que se preocupava com o progresso brasileiro e culpabiliza o sistema escravocrata como o principal fator do não desenvolvimento do Brasil. Vale ressaltar que essas ideias que influenciaram os intelectuais abolicionistas, eram também carregadas de ideias eugênicas, ou seja, muito se deu pelos teóricos raciais. A questão racial na passagem, tanto da mão de obra escrava para a livre, quanto da monarquia para a república, passou por uma tensão entre a civilização e a ideia de nação que não se enquadram no perfil miscigenado brasileiro. Neste momento as elites estão cada vez mais consumindo conceitos europeus como por exemplo o positivismo, kardecismo e teorias raciais. Entre esses teóricos, se destaca Nina Rodrigues um médico que analisava crânios de seres humanos, no intuito de pensar que poderia compreender o seu comportamento social, para ele o indivíduo era caracterizado socialmente pela sua raça, ou seja, nada nem ninguém poderia modificar a ação social do negro, ele era um ser inferior e degenerado por natureza, essa era a eugenia. Silvio Romero, também teórico racial, defendia o embranquecimento através da miscigenação com brancos europeus, de acordo com ele, somente assim o Brasil seria, em um século, completamente branco.

A obra de arte “A Redenção de Cã” do pintor Modesto Brocos¹, ilustra esse utópico sucesso de embranquecimento da população. Examinando a imagem, conseguimos enxergar este “sucesso”, a esquerda do quadro uma mulher negra mais velha posa com um gesto habitual presente em nossa sociedade, o que tende a dizer que algo finalmente foi conquistado, agradecendo a uma força divina dos céus, com as mãos estendidas para cima, ela se mostra aliviada pelo nascimento de uma criança branca, fruto de uma mãe mestiça, que aparenta ser sua filha, e o pai (figura ao lado direito) branco, que olha para seu

filho com orgulho do “sucesso”. O próprio título da obra, com o nome “Cam” originário do imaginário cristão europeu do início da colonização portuguesa, quando esses justificavam a escravização dos africanos, em que a África era o reino de Cam, ou seja, o próprio inferno e que trazendo os africanos para colônia estariam os salvando. A colônia era vista como o purgatório, segundo Laura Souza de Mello (1986) “O Brasil seria uma espécie de transição entre a terra da escravidão e do pecado (a África) e o céu, lugar da libertação definitiva: para o escravo, a saída para o céu era a solução, a escravidão sendo interpretada por Vieira como uma pedagogia”. Desta forma, com o “sucesso” do embranquecimento, Cam finalmente, depois de séculos sendo motivo para escravização de africanos, estaria se rendendo.

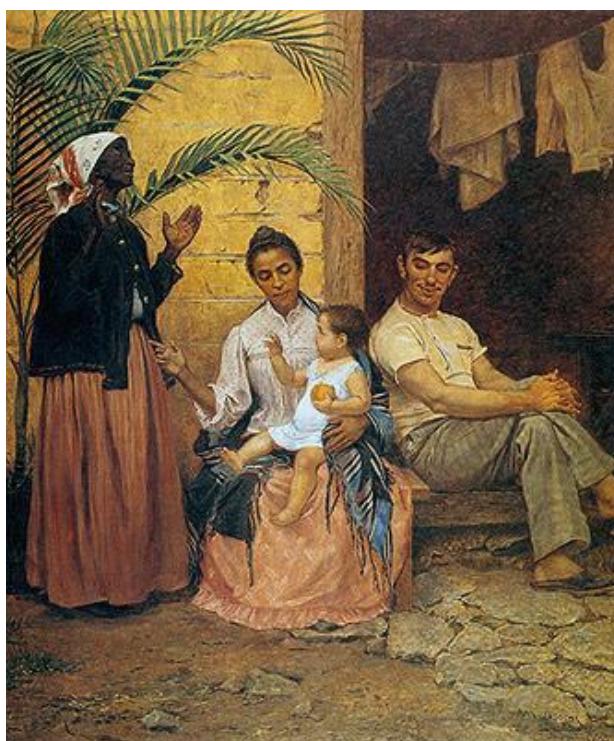


Figura 1- Redenção de Cam. **Fonte:** Modesto Brocos (1895)².

Ainda sobre os abolicionistas conservadores, damos destaque aqui a José de Alencar, figura que obteve um grande sucesso em sua carreira literária, e que, assim como Joaquim Nabuco, pensava a escravidão como um perigo a civilização, o fim do cativeiro nunca era pensado para o cativo, mas para a

² A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 24 de agosto de 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

imagem e reputação do Brasil, isso fica claro com uma fala do próprio Nabuco em *O abolicionismo* (apud Roberto Ventura, 2000, p. 338) “Não é aos escravos que falamos, é aos livres”. O historiador Roberto Ventura menciona um dos atos de Alencar quando Ministro da Justiça em 1869,

Alencar proibiu em 1869, como ministro da Justiça, a venda de escravos em praça pública e extinguiu os leilões no mercado estrangeiro [...] A medida de Alencar teve um efeito apenas cosmético, pois as transações de compra e venda de cativos se mantiveram, não sendo mais feita em mercado aberto, de modo a resguardar a imagem civilizada da capital do império (Ventura, 2000, pág. 335).

Maria Firmina se encontra entre os não conservadores no abolicionismo. Ser escritora naquele período era algo polêmico, mas revolucionário se analisarmos. Era de extrema ousadia uma mulher ter voz política na sociedade, por meio da literatura e principalmente criticando o sistema escravocrata, deste modo, a maioria delas, que ousavam escrever, se aventuravam apenas, segundo Régia Agostinho (2013, pág. 109) em “bicos e bordados, falando de amor açucarado, de borboletas azuis, de amores galantes.” Desta forma, Firmina torna-se pioneira como uma mulher negra ocupando um espaço predominante de homens brancos, que era o da literatura romântica, além de conter ideias abolicionistas. Escrever e ter a ousadia de publicar já era um extremo ato de coragem, além disso, nota-se a maneira em que o público recebiam o seu trabalho, como podemos observar já no prólogo de sua obra “Úrsula”

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma ilustração misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.” (Dos Reis, 2018, pág. 7)

Não era comum encontrar escritos políticos de mulheres brasileiras, assim como o de Maria Firmina dos Reis, publicar um romance que continham críticas ao sistema escravocrata na década de 1860, era também pensar no leitor, que no caso eram mulheres brancas da elite, Régia (2013) menciona a coragem da autora como um próprio ato político pois “Firmina, entendia que só a publicação do romance já poderia motivar as demais mulheres a trazerem seus textos à

tona. Afinal, publicar já é uma ação política" (Silva, 2013, pág. 116). Em relação a esses fatores, é perceptível, como Maria Firmina dos Reis se atentava e analisava a questão da escravidão no seu cotidiano, já que essa escreve detalhadamente em seu romance "Úrsula" e "A Escrava". Em "A Escrava", podemos entender como se davam as relações dos escravizados que eram separados de suas famílias por conta do tráfico interprovincial, com destaque no trecho seguinte:

— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo!... (Dos Reis, 2018, pág. 171)

A autora não só tinha noção da condição do escravizado em seu período, como também da mulher e de sua posição na sociedade. É certo que o patriarcado é mera construção, e podemos observar claramente no Brasil desde sua formação. A forma como Firmina descreveu a mulher no romance "Úrsula" e "Gupeva" foi intrépida, já que as mulheres eram silenciadas quando ousavam contar sobre seu cotidiano, por consequência, sua narrativa ficava responsável pelos homens. Em "Úrsula" a condição da heroína, é descrita pela autora de forma sutil, mas que na realidade esboça um caráter crítico da mesma, já que por meio da heroína podemos analisar a submissão obrigatória da mulher na sociedade brasileira do século XIX, que lhe era exigido ser submissa ao marido, dócil e generosa. Essa imagem é construída pela Igreja desde o período colonial, e que ainda hoje conseguimos observar vestígios dessa visão. À vista disso, seus corpos tendiam a ser controlados pela acusação católica de que seriam mundanos e levariam ao pecado do homem. Não é à toa que, o Tribunal do Santo Ofício, em seu período de visita ao Brasil entre os séculos XVI e XVIII, condenou muitas mulheres, escravizados e pobres, delatados por homens brancos e ricos, estes que, por sinal, sempre eram absolvidos. Essas visitas de inquisidores visavam o controle sobre a sexualidade e o matrimônio, com a justificativa de que a mulher seria o principal inimigo da moral e da própria família, já que era um ser selvagem, pecaminoso e que transbordava luxúria.

Desta forma, o casamento era um modo de controle sobre o corpo feminino que antes era controlado pela família, passa a ser pelo marido, Del Priore (1994) em seu livro "A Mulher na História do Brasil", menciona a

“importância” que o matrimônio tinha na vida da mulher relatando um processo paulista de 1756 em que se determina ao homem que “Fazendo a mulher o contrário de amar e respeitar o marido é permitido a este reger e aconselhar sua mulher, e ainda castiga-la moderadamente se merece [...]” (Del Priore, 1994, pág. 17). Acresce que, essa imagem do ideal feminino e da condição da mulher se estende no contexto de Maria Firmina, esta que critica este modelo patriarcal onde podemos notar no romance “Úrsula”:

A esposa que tomamos é a companheira eterna dos nossos dias. Com ela repartimos as nossas dores, ou os prazeres que nos afagam a vida. Se ela é virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela que lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ela enfim que lhes forma o coração, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. Mas, se pelo contrário, sua educação abandonada torna-a uma mulher sem alma, inconsequente, leviana, estúpida ou impertinente, então do paraíso das nossas sonhadas venturas despenhamo-nos num abismo de eterno desgosto. O sorriso foge-nos dos lábios, a alegria do coração, o sono das noites, e a amargura nos entra na alma e nos tortura. (Dos Reis, 2018, pág. 54)

Exigia coragem também por parte de uma mulher, em mergulhar na literatura romântica, essa que, desde seu princípio na Europa do século XVIII, sempre foi espaço dos homens chegando até a ser usada como instrução para o comportamento/adestramento feminino, construindo assim a ideologia da feminilidade para as mulheres burguesas, e desta forma a sociedade absorve esses modelos. Segundo Sandra Guardini em suas pesquisas acerca da relação dos romances com a construção da feminilidade, esses coadjuvaram sempre com roteiros parecidos, utilizando de heroínas frágeis que em alguma das vezes dão até sua vida para manter a virtude, logicamente refletindo os valores de sua época, na função de instruir e formar a ideologia da feminilidade e da domesticidade. Já na passagem do século XVIII para o XIX na Europa, surgem autoras femininas, - pois até então quem escreviam eram apenas homens – que passam a dominar a literatura como por exemplo, Jane Austen que ironiza esses romances e a passividade da heroína. Desta forma, colocam a mulher como protagonista de sua própria vida, não dependendo de um casamento. E é por meio desses romances, principalmente de Jane Austen que conseguimos analisar o contexto da vida privada destas mulheres.

O gênero literário chega ao Brasil no século XIX, juntamente com a Família Real, e assim como no seu surgimento na Europa não foi diferente no

país, pois os primeiros romancistas foram predominantemente homens, dando exemplos Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e José de Alencar, o último foi a figura mais marcante desse cânone no Brasil, transitando pelas três gerações com obras de caráter indianistas, urbanos, históricos e regionalistas. É notável o pouco ou inexistente reconhecimento do trabalho de Firmina comparado ao seu contemporâneo Alencar, no quesito de também transitar entre as gerações do romantismo brasileiro, de ter conquistado a Cadeira de Instrução Primária em Guimarães - MA, em 1847, além de também fazer parte dos abolicionistas. Conclui-se que, a partir de todo o constatado neste primeiro capítulo, não há motivos para contrastar o apagamento histórico de Maria Firmina se não o racismo e o constante desejo da história oficial de preservar agentes masculinos e brancos.

MARIA FIRMINA DOS REIS: HISTÓRIA E LITERATURA

A utilização de documentos literários como material para a narrativa histórica, contrapõe-se à história tradicional, ela é inserida entre a história das mentalidades, campo que surge com Lucien Febvre no início da Escola dos Annales. É na década de 80 que o historiador Roger Chartier, traz para a Nova História Cultural a utilização da literatura como fonte histórica, com o objetivo de “produzir significações, ou seja, o sentido que tanto criadores quanto receptores atribuem aos objetos culturais”³.

Utilizar as obras literárias tanto para pesquisas no âmbito acadêmico, como em sala de aula, nos permite analisar não só um determinado período, mas também a forma como o sujeito de seu tempo pensava. Assim sendo, retomando o objetivo desta pesquisa – de analisar Maria Firmina dos Reis, suas obras, e utilizá-las em sala de aula – este artigo visa discorrer a respeito da utilização da literatura na história.

Devemos nos ater de que nenhum documento literário é neutro. É uma produção da sociedade que o fabricou a partir de relações de poder e força. Para Foucault (1969, p. 13), “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa

³ Trecho retirado do artigo “Roger Chartier e a Literatura” de Eduardo Navarrete

maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”

Roger Chartier, algumas materialidades que devemos voltar nossa atenção no momento de análise de um texto, para não correr o risco de um anacronismo. Eduardo Navarrete, em seu artigo onde discorre sobre como Chartier concebe a literatura, diz que:

É necessário, portanto, na análise de como os homens de dada época interpretaram a literatura, levar em conta também a materialidade, a concretude textual, a qual compreende “a inscrição de um texto numa página impressa ou a modalidade de sua performance na representação teatral” ou, ainda, a sua transmissão oral. Trata-se de uma descrição morfológica dos objetos e veículos de transmissão (Navarrete, 2011, pág. 27).

Partindo da ideia das materialidades dos textos, levamos em conta a forma como esses são produzidos e levados a circulação. O livro e a imprensa, sobretudo, foram banalizados por um longo período no Brasil, dificultando o trabalho de escritores, além de uma população em que a minoria era letrada, – aqui podemos considerar que essa grande minoria se definia por homens brancos da elite - e em que o escravismo era um sistema comum entre todo o país. Esse atraso cultural passa a ser um empecilho para todo o escritor, em suas publicações e vendas, principalmente no século XIX em que 70% da população era analfabeta⁴. A literatura firminiana, nasce na imprensa, não diferente da maioria dos romances brasileiros, sendo publicados como folhetins nos jornais. O Brasil do século XIX ainda não possuía editoras, sendo assim, os escritores só tinham opções limitadas se quisessem publicar ou mesmo vender seus livros, atraindo subscrições. Esse sistema funcionava através da imprensa que publicava a resenha de um livro na intenção de chamar compradores (subscritos) que se interessassem pelo texto e assim este seria publicado. No jornal maranhense “A Imprensa” de 17 de outubro de 1857, ano I, número 40, página 3, na coluna chamada Publicações Perdidas possui uma resenha da obra Úrsula, essa que nos é dada quando procuramos em sites ou biblioteca, que sua data de publicação foi no ano de 1859, ou seja, segundo Sergio Barcellos Ximenes (apud Luciana Martins Diogo, 2018, p. 5) “tudo sugere que o anúncio

⁴ Dados presentes no livro “A formação da leitura no Brasil” de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2020).

não conseguiu garantir o número suficiente de compradores/subscritores que financiaram a publicação da obra”.

Maria Firmina é considerada uma romancista por suas obras e contos neste caráter como *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*. Porém, o que podemos analisar quando vamos a fundo em sua leitura é o forte cunho abolicionista presente, que em seu contexto não foi criticado de fato nem mesmo levado em questão, já era muito difícil ser uma escritora que possuísse visibilidade na sociedade do século XIX, assim, a crítica se deteve apenas em elogiar sua habilidade para escrever, assim como menciona Régia Agostinho da Silva:

Essa segunda crítica é bem mais benevolente e bem mais entusiasmada, centra-se na capacidade da autora de escrever bons quadros literários. Percebemos claramente que a intenção da crítica é apontar que Maria Firmina dos Reis tem qualidades como escritora, “conversa com as musas” da Literatura; no entanto, nada é dito sobre o conteúdo do romance em si, sobre a sua fala antiescravista. O que acreditamos ser o que o romance traz de mais profundo, porque, eminentemente político e antiescravista, numa sociedade escravagista que era aquela do Brasil e do Maranhão do século XIX. A crítica se negou a tocar no assunto principal da autora em seu romance, que era a denúncia de uma sociedade escravista (Silva, 2013, pág. 90).

Na resenha encontrada no jornal “A Imprensa”, há um trecho em que o redator depois de descrever a respeito do enredo e dos personagens termina dizendo “É um brando a favor da humanidade, - desculpai-a...”, o que nos deixa uma questão subentendida: o leitor conseguiu captar a crítica ao sistema escravocrata, ou pede para que o público a desculpe por humanizar o indivíduo escravizado? Ainda sobre a resenha, encontramos vestígios de que de fato Maria Firmina teve a contribuição de mulheres reais ex-escravizadas para se inspirar nas suas personagens Susana e Mãe Joana, ou seja, a autora teve um grande preparo e estudo antes de escrever suas obras,

Túlio e Susana representam essa porção do gênero humano tão recomendável pelas suas desditas — O Escravo! —. A autora tem meditado sobre a sorte desses desgraçados entes, tem-lhes escutado as lacrimosas nênia e o gemer saudoso, a recordação de uma vida que já lá passou, mas que era bela nas regiões da África!...”

O romance era tido como uma leitura para mulheres, por se tratar de um enredo sensível e dramático que visibiliza a personagem feminina. No século XIX, quando uma pequena parcela da população brasileira – mulheres brancas

da elite – começa a se alfabetizar por meio de uma educação pensada para instruí-las na intenção de formarem boas moças para o casamento, esses romances começam a serem popularizados entre o meio, de forma que a própria sociedade que adapta os textos literários para a leitura feminina, se preocupa com o consumo excessivo desses livros, assim como menciona Marisa Lajolo e Regina Zilberman “Condenam-se gêneros e preferências, por produzirem efeitos supostamente deletérios; e acusa-se de vicioso o gosto de ler, por desviar a mulher das tarefas domésticas” (2020, pág. 196).

Essa imagem de mulher que devia ser controlada a todo custo só existe graças ao silenciamento que se deu a ela, e tendo sua história e cotidiano contado apenas por homens, como afirma Perrot “As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre” (2005, pág. 11). Com esse medo da demasiada leitura feminina, o livro romântico passa a ser um inimigo na hora de deter a “perversão natural” que toda mulher continha na visão da sociedade. Ler era se desviar das tarefas domésticas, era absorver conhecimento além do que uma mulher precisava, era o grande perigo que poderiam formar uma “sabichona” que largaria seu marido e filhos, “Ler escondida, abrir a janela na calada da noite, burlar regras. É o avesso da mulher idealizada, que devia cuidar do marido e filhos, que casa aos catorze anos e envelhece aos vinte” (Silva, 2013 pág. 35).

Pensando nas materialidades do texto de Chartier, conseguimos observar com esse constante temor da sociedade brasileira no século XIX, da leitura feminina ser praticada em âmbito privado, de que essa mesma sociedade nunca vira antes isso acontecer. É neste caso que nós como historiadores, devemos nos atentar à transmissão oral dos textos, para poder construir uma narrativa histórica a partir de uma análise de uma fonte literária, não é somente estudar o seu cunho semântico, mas buscar saber de que forma esses textos eram lidos em seu período, só assim conseguimos problematizar a mentalidade de determinado tempo, pois assim como Febvre menciona em sua obra “O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais”, “o historiador não é aquele que sabe. É aquele que procura” (Febvre, 2009, pág. 29)

É neste sentido, que podemos afirmar que é possível utilizar os textos literários como uma fonte histórica, utilizando ainda a utensilagem mental de

Febvre, que parte da coleta de material mental acerca dos indivíduos de uma determinada sociedade. Afinal, um texto literário é o registro do pensamento de um escritor, onde sofre a influência de seu meio, não só da cultura, mas também com a preocupação de atingir o seu público.

Neste caso, é interessante buscar comparações da História com a Literatura, pois, um escritor utiliza da ficção para escrever uma narrativa, ou seja, seu imaginário no momento de criação é baseado no seu cotidiano, não só para escrever sobre o presente, mas também para escrever sobre um futuro distante, dessa forma, podemos citar exemplos do escritor do século XIX, Júlio Verne em sua obra “O Castelo de Cárpatos”, ficção científica que imagina o mundo futuro, porém com características e conhecimentos científicos que existiam em sua época. Podemos falar também de obras que conseguem refletir ideais de sua época e que se tornam clássicos pois com o passar do tempo ainda são tão atuais na sociedade, como a obra “1984” de George Orwell, publicada na década de 50, que aborda duramente o regime totalitário. Outrossim, com Maria Firmina dos Reis observamos seu conhecimento acerca do passado, quando narra, no início de seu conto “Gupeva”, sobre figuras que contam a história da colonização brasileira:

O navio em que acabamos de ver esse moço, que ainda mal conhecemos, era O Infante de Portugal, vaso de guerra, que havia trazido à Bahia Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, depois que a célebre Paraguaçu, princesa do Brasil, cedera seus direitos em favor da coroa de Portugal. O infante acabava de receber as últimas ordens de Coutinho, e velejava no dia seguinte em demanda do Tejó (Dos Reis, 2018, pág. 142).

Posto isso, é certo que o historiador utiliza, assim como na literatura, da ficção. Porém, diferente do escritor, esse que resgata figuras ou cenários históricos e possui a liberdade poética de imaginar e alterar sua narrativa, e que dispõe de um público pelo qual deve se preocupar em agradar. O historiador, pelo contrário, deve se limitar em suas fontes, vestígios e documentos, assim como afirma Sandra Pesavento “Sem as fontes, marcas de historicidade deixadas pelo passado no presente, não há História possível” (2003, pág. 36). Diante disso, por que então é dito que o historiador utiliza também da ficção? Ora, pois é necessário construir uma narrativa em cima dos fatos, imaginar como uma sociedade ou um acontecimento tenha sido com base em suas fontes, “presentificar uma ausência” ou como Hans Robert Jauss pontua:

[...] historiadores fazem ficção, pois não recolhem simplesmente o passado dos arquivos. Eles constroem uma experiência do vivido, reconstituem uma temporalidade que só pode existir pelo esforço da imaginação, e transpõem esta representação do passado para uma narrativa (Pesavento, 2003, pág. 37).

Portanto, entendemos que a fonte literária não é um objeto neutro, sendo assim, necessita de todo o processo de análise apresentado, exige do historiador essa dissecação de um texto, desde a biografia de seu autor, até o contexto em que ele viveu, para compreender o que o levou a escrever sobre determinado assunto. E é dessa maneira que, como professores, devemos pensar na hora de utilizar a literatura nas aulas de história, sempre contextualizando com o período a ser estudado e relacionando os acontecimentos da época à mentalidade do autor. Sendo assim, o capítulo seguinte aborda como se utiliza Maria Firmina dos Reis em aula, pensando no período em que ela viveu, elencando suas obras com o fim da escravatura brasileira.

MARIA FIRMINA DOS REIS: NA SALA DE AULA

Após apresentar Maria Firmina dos Reis, seu contexto, seus trabalhos e como é possível utilizá-los como fonte histórica, este presente artigo se deterá apenas em afirmar como é necessário levar esse sujeito histórico, que foi por anos apagado, para a sala de aula, além de propor, ao final, uma sequência didática.

Romper com o ensino tradicionalista ainda forte nas aulas de História das escolas brasileiras, tem sido a tarefa de professores que se propõem em trabalhar uma pedagogia crítica. Na maioria das vezes, quando paramos para perguntar aos alunos da Educação Básica a respeito das aulas de História, suas respostas se resumem em ser “uma aula entediante” ou “dá sono”. De fato, é realmente frustrante saber que o espaço onde poderia ser de diálogo e trocas, um momento que sirva para exercitar o senso crítico dos jovens, e para que conheçam sua cultura e história, acaba se resumindo em uma aula monótona, positivista baseada em fatos e dados.

Bell hooks (2013) fala sobre a importância do entusiasmo em sala de aula, para que possamos construir uma boa relação com os alunos e um diálogo que

assim acrescente nas aulas, só assim podemos trabalhar com uma pedagogia crítica, “Para começar, o professor precisa valorizar de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem.” (2013, pág. 18).

É necessário trabalhar com os alunos – no caso, em uma aula de história – o seu conhecimento prévio, pois cada um possui uma bagagem, algo que viu ou “ouviu dizer” na família, tradições orais e culturais, eliminando assim o que Freire (1968) denomina de “ensino bancário”, que deposita uma carga de conhecimento em cima do aluno, mantendo a ideia errônea de que são páginas em branco. É só assim, com uma prática pedagógica crítica, valorizando a fala dos estudantes que é possível trabalhar uma educação antirracista, pois ensinar sobre o racismo não é apenas expor uma aula com termos, datas e notícias, mas também ser um momento de trocas de experiências.

Partindo do pressuposto de pensar uma educação antirracista nas aulas de história, que aborde temas sobre a escravidão brasileira não em um sentido macroeconômico, mas sim valorizando a visão dos sujeitos, sob uma perspectiva da “história vista de baixo” de Thompson (1963), é que foi possível pensar a sequência didática que será apresentada, trazendo visibilidade a sujeitos negros da história brasileira que foram silenciados por uma história eurocêntrica. É dessa forma que, nós como educadores, cumprimos a tarefa de nos esforçarmos contra a desigualdade racial que é tão forte em nosso país – mascarada pela democracia racial – já que “se há possibilidade de a escola ser um dos lugares onde há o aprendizado de separação, do discriminatório, existe também, em contrapartida, a possibilidade de ser uma instituição promotora da igualdade e do entendimento de que diferenças não devem justificar desigualdades (Auad, 2006)”. Com efeito, dou ênfase, nesse sentido de colocar em prática a pedagogia crítica em sala de aula, enveredar, também, para a construção de um ensino igualitário aos sexos, pois como afirma Patrícia Rodrigues Augusto Carra “ainda que sob o mesmo teto, os currículos e as práticas docentes e administrativas escolares legaram, e ainda legam, aos seus estudantes uma educação diferenciada por sexo” (2019, pág. 550). Expor narrativas femininas nas aulas de História é dar visibilidade para essas mulheres apagadas, mas que sempre estiveram presentes no passado brasileiro, além de trabalhar com o sentido de representatividade para as jovens em sala de aula.

É importante ressaltar que levar a narrativa da cultura negra para a sala de aula, só foi possível após a lei 10.639/2003, que torna obrigatória em todos os currículos escolares do ensino Fundamental e Médio os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, fruto da luta antirracista do Movimento Negro Brasileiro. Contudo, após dezoito anos de promulgação, ainda é notável em alguns livros didáticos, o apagamento histórico do povo negro.

É tarefa do professor, decolonizar estes materiais para que seja possível uma construção da identidade afro-brasileira no objetivo de auxiliar jovens negros em seu processo de representatividade e abrindo espaço para discussões a respeito do racismo no país, assim como menciona Manuela Areias Costa (2018, pág. 140) “Sem a distorcida lente da democracia racial, as biografias de personagens negros trabalhadas em sala de aula, podem contribuir para a valorização e a divulgação das expressões culturais protagonizadas por africanos e descendentes”.

APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

MODALIDE/NÍVEL DE ensino: ensino Médio;

COMPONENTE CURRICULAR:

História;

TEMA:

Abolição da escravatura, resistências e lutas dos escravizados;

HABILIDADES:

- (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu

significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos;

- (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.⁵

DURAÇÃO DAS ATIVIDADES

5 aulas de 40 minutos;

RECURSOS

Datashow, caderno para anotações;

OBJETIVOS

Desmitificar a visão eurocêntrica acerca da abolição da escravidão;

Elucidar as diversas atuações de africanos e afrodescendentes que lutaram pelo

fim da escravidão, desmitificando a imagem da princesa Isabel como salvadora;

Relacionar o tema com os trabalhos e a biografia de Maria Firmina dos Reis, dando voz a autora.

AULA 1

Organização da turma:

O objetivo desta primeira aula, é trabalhar com o conhecimento prévio dos alunos acerca da imagem que possuem do escravizado e da abolição da escravatura. Desta forma, os alunos serão organizados em roda para uma melhor comunicação.

⁵ Habilidades retiradas da Base Nacional Curricular Comum, documento disponível no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

Introdução

Após a organização da turma, o professor irá apresentar o tema central de estudo das próximas aulas, para introduzi-lo e começar o debate, será lido pelo docente o poema de Solano Trindade⁶ “Cantos dos Palmares”:

Eu canto aos Palmares
sem inveja de Virgílio de Homero e de Camões porque o meu canto é
o grito de uma raça em plena luta pela liberdade!
Eu canto aos Palmares odiando opressores de todos os povos de todas
as raças de mão fechada
contra todas as tiranias!
Fecham minha bôca
Mas deixam abertos meus olhos
Maltratam meu corpo
Minha consciênci
se purifica
Eu fujo das mãos
Do maldito senhor!
(TRINDADE, 1961, pág. 29)

Desenvolvimento:

Posterior a leitura, as propostas de questões serão: “Do que você acredita que o poema se trata?”, “Qual a visão que você tem a respeito do homem e da mulher negra no século XIX?”, “Você imagina que eles eram sujeitos ativos ou passivos?” A partir destes questionamentos se iniciará um diálogo, o objetivo é desconstruir a imagem do escravizado passivo. O professor avaliará a participação dos alunos.

AULA 2

Organização da turma:

Individual em fileiras, pois a aula contará com o recurso de slides no Datashow.

⁶ Francisco Solano Trindade foi um poeta negro nascido em Recife, viveu entre 1908 até 1974. Foi artista, responsável pela fundação do Teatro Popular Brasileiro junto com sua esposa Margarida Trindade, tendo sede na UNE. Solano sempre voltou sua arte para exaltação do povo negro, tanto em seus poemas como no teatro e em suas pinturas.

Introdução:

É importante nesta primeira aula contextualizar o período recortado mostrando a situação em que o Império estava passando, a quantidade de africanos escravizados que chegaram no país e ressaltar que entre as várias questões que o levaram a queda, a questão da mão de obra que teve também papel fundamental (apêndice A).

Desenvolvimento:

A proposta será trabalhar, por meio de uma aula expositiva, a questão das leis abolicionistas, elucidar a quantidade de africanos cativos que chegaram ao Brasil no período da criação da lei Nabuco de Araújo (1854) e das famílias separadas com o tráfico interprovincial. Depois de contextualizar o período, o professor trará a biografia de Maria Firmina dos Reis ressaltando que ela foi uma personalidade negra que teve o seu protagonismo apagado pela história oficial, foi a primeira romancista negra que em suas obras criticava o sistema escravocrata e o patriarcado.

AULA 3

Organização da turma:

Individual em fileiras, pois a aula contará com o recurso de slides no Datashow.

Introdução

Para esta aula, o professor (que na aula anterior expôs a biografia de Maria Firmina dos Reis) realiza a leitura do trecho de uma das obras de Firmina “A Escrava”, reforçando sobre as famílias separadas pelo tráfico interprovincial trabalhado na aula anterior.

— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho

pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo!... (FIRMINA, 2018, p. 171)

Desenvolvimento:

Inserir as lutas e revoltas, como por exemplo a Balaiada e a Revolta dos Malês, e enfocar pelo menos em uma personalidade presente nesses acontecimentos, a que será proposta aqui é Luísa Mahín, ex-escravizada muçulmana da etnia jejê, que lutou com os Malês, além de ter sido mãe de Luiz Gama (o que já engatilha para as próximas aulas onde serão elucidados os abolicionistas negros). É importante também, ressaltar todas as formas de resistências dos sujeitos escravizados, tanto de roubos e pequenos furtos, como os quilombos e as grandes revoltas (apêndice B).

AULA 4

Organização da turma:

Individual em fileiras pois a aula contará com o recurso de slides no Datashow.

Introdução:

Para iniciar a aula, o professor trabalhará novamente com outro poema de Solano Trindade “Sou Negro”, que se relaciona com os assuntos já trabalhados, e será lido em conjunto para que depois seja questionado aos alunos “O que você relaciona a respeito das aulas passadas com este poema?”

SOU NEGRO

Solano Trindade

A Dione Silva

Sou Negro

meus avós foram queimados pelo sol da África

minh'alma recebeu o batismo dos tambores atabaques, gonguês e agogôs

Contaram-me que meus avós vieram de Loanda

como mercadoria de baixo preço plantaram cana pro senhor do engenho novo e fundaram o primeiro Maracatu.

Depois meu avô brigou como um danado nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca escreveu não leu o pau comeu
Não foi um pai João humilde e manso
Mesmo vovó não foi de brincadeira
Na guerra dos Malês ela se destacou
Na minh' alma ficou o samba
o batuque o bamboleio e o desejo de libertação...
(O poeta do povo, pág. 48)

Desenvolvimento:

Para esta aula serão apresentados aos alunos as ideias abolicionistas sobretudo dos mais conservadores como Joaquim Nabuco e José de Alencar. Após essa apresentação é importante saber a opinião dos alunos lançando as perguntas “Para quem era a liberdade que esses abolicionistas conservadores defendiam?”, “Vocês sabem de alguma protagonista negra entre esses abolicionistas?”. No final da aula será mostrado a Lei Áurea para os alunos finalizando com a pergunta e a reflexão para a próxima aula “A quem você acredita que a Lei Áurea beneficiou?”, “Baseado nas aulas, o que mais você acrescentaria nesta lei?”, “Podemos dizer que essa lei refletiu para o racismo de hoje em dia?” (apêndice C).

AVALIAÇÃO:

No final da aula o professor pedirá para que os alunos se organizem em cinco grupos, que ficarão responsáveis pela pesquisa das seguintes personalidades abolicionistas: Luís Gama, André Rebouças, Maria Tomásia Figueira, Dragão do Mar e Adelina. Essa atividade contará como avaliação, a proposta é que para a quinta aula os alunos se reúnam com seus grupos e discutam junto ao professor sobre cada personalidade pesquisada, além disso é necessário que todos os alunos façam um breve resumo sobre suas pesquisas, o que contará pontos. Os meios de pesquisa (sites, livros e revistas) serão orientados pelo professor. A data de apresentação pode variar de acordo com a escolha do docente. Os critérios utilizados para a avaliar a apresentação serão: Trabalho em equipe; Criatividade nos cartazes; Domínio do conteúdo de todos os membros do grupo; Organização do grupo;

RECURSOS COMPLEMENTARES

Orientação para o professor:

Para se aprofundar nas lutas e resistências dos escravizados leia o texto: GRINBERG, Keila. *Rebeliões Escravas Antes da Extinção do Tráfico*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.237 – 265.

Para se aprofundar na questão das leis abolicionistas e as revoltas provincianas leia o livro: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Para utilizar a biografia de Maria Firmina dos Reis, é importante ler: AGOSTINHO, Régia da S. *A Escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as Representações Sobre Escravidão e Mulheres no Maranhão na Segunda Metade do Século XIX*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Para conhecer e inserir as obras de Maria Firmina dos Reis, ler: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CONCLUSÃO

A pesquisa foi voltada para uma apresentação sobre a escritora Maria Firmina dos Reis, trazendo sua biografia e contextualizando o período que viveu, graças a muitas outras pesquisas que também tiveram o intuito de investigar essa personalidade histórica apagada. No entanto a grande questão deste estudo foi “como romper este silêncio que muitas mulheres ao longo da história sofreram?” e o caminho para evidenciá-las foi pensar uma forma de levar esta personalidade para sala de aula, onde na maioria das vezes, ainda se valorizam (seja nos currículos e principalmente livros didáticos) agentes históricos

masculinos e brancos muito reverenciados pela História dita, por muito tempo, como oficial.

Nesse sentido, foram estabelecidos alguns pontos centrais para o desenvolvimento desta pesquisa e seus objetivos a serem alcançados. O primeiro ponto se refere a relevância à escritora, elucidando sua trajetória, seus trabalhos trazendo à tona o contexto do final do século XIX no Brasil, período em que ela viveu, para entender o que a levou a querer escrever sobre questões, que naquele período, não eram comuns a mulher ousar escrever. No campo da História, isso contribui para esse longo processo que é escrever a História das Mulheres, pois como afirma Michelle Perrot (1998, pág. 14) “No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente.”

O segundo ponto em questão, se refere ao grande objetivo deste estudo que é o caminho pelo qual, o professor de história, pode percorrer para não contribuir para o apagamento histórico da mulher, levando este tema para sala de aula. Essa alternativa foi pensada depois de observar que Maria Firmina dos Reis é um objeto de estudo famoso apenas no âmbito acadêmico, não sendo levada de fato ao conhecimento da comunidade. Portanto, de que forma trabalhar esse tema senão em sala de aula? A proposta, foi de construir um material didático que a incluísse e orientasse um estudo sobre as questões culturais e étnico-raciais brasileiras, de uma maneira que conseguisse adequar-se a uma turma de ensino Médio. Encontrou-se neste processo, alguns quesitos ainda a serem discutidos pelo professor, pensando a respeito da lei 10.639/2003, como o porquê ainda não é tão discutido e levado para a sala de aula, esses sujeitos históricos negros que só nos aprofundamos dentro da academia.

Sendo assim, comprehende-se o motivo pelo qual Firmina não é vista em currículos escolares, já que não há razões, em seu campo canônico, para o apagamento da autora, se não a cor da sua pele e condição social, pois a impediu de ocupar o lugar dos primeiros romancistas brasileiros, porque o Romantismo assumiu os valores estéticos europeus para construir a identidade literária do Brasil. Assim, para os detentores do poder literário, a cor da pele e a condição social do escritor podiam ser usadas para elevá-lo ou deixá-lo no limbo, e isto ainda hoje ocorre, em pleno século XXI (Santos, 2016)

A quem possa interessar, utilizar este estudo para outras extensões de métodos científicos, pode contribuir para a continuidade de outras pesquisas acerca de Maria Firmina dos Reis, ajudando-a a reconstruir sua história. Além de produzir um estudo de campo utilizando da proposta didática e assim analisando a receptividade, na prática, dos alunos quanto ao tema. Concluindo, satisfatoriamente, a pesquisa cumpre com o foco através do estudo da História das Mentalidades, de continuar compondo uma narrativa desses sujeitos marginalizados, compreendendo seu contexto por meio de suas produções, como sendo o caso da literatura como fonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Redenção de Cam. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 24 de agosto de 2021. Verbete da Enciclopédia.

ISBN: 978-85-7979-060-7

DA SILVA, Régia Agostinho. **Escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as Representações Sobre Escravidão e Mulheres no Maranhão na Segunda Metade do Século XIX**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

CARRA, Patrícia. R. A. **Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas**. Cadernos De História Da Educação, 18(2), 548-570, 2019.

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação**. Revista das revistas, Estud. av. 5 (11), p. 173 – 191, Abril 1991.

COSTA, Manuela A. **Histórias “atlânticas” na escravidão e no pós-abolição: biografias de personagens negros e ensino de história e cultura afro-brasileira**. In: MORAES, Eulália M. A.; CHAVES, Otávio R.; SILVA, Ricardo T.

C. O ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares. Cáceres: UNEMAT, p. 132- 154, 2018

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil.** 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

GARRIDO, Natércia Moraes. **Nascimento Moraes Filho e Maria Firmina dos Reis: repensando a jornada de uma pesquisa.** Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, v. 13, n. 26, 27 Dez 2022

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial, volume I: 1808-1831.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 1º Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KESSAMIGUIEMON, Vera LG. A educação da mulher e a produção literária feminina na transição entre os séculos XIX e XX. **Revista Teias**, v. 3, n. 5, p. 15 pgs.-15 pgs., 2002.

LAJOLLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** 1.ed. - São Paulo: Ática, 2011.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.

NAVARRETE, Eduardo. **Roger Chartier e a literatura.** Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v. 2 nº 3 p.23-56 Set./Dez. 2011.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

RAMINELLI, Ronald. **Lucien Febvre no caminho das mentalidades.** R. História, São Paulo, n. 122, p. 97-115, jan/jul.1990

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** 1º Ed. Jandira, SP: Ciranda Cultural Editora, 2020.

SANTOS, José Benedito dos. **A Literatura Afrodescendente de Maria Firmina dos Reis.** Literartes. N 5, p. 184-208, São Paulo: 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/105787>. Acesso em 10/8/17.

SANTOS, Katiana Souza. **Maria Firmina dos Reis e sua contribuição para a educação maranhense no século XIX: breves apontamentos.** Revista Humanas et al. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 3, n. 6, p. 111-124, dez. 2016

SANTOS, Oscar S. **O ensino de história a partir da poesia de Solano Trindade: reivindicação da memória da escravidão no Brasil.** In: MORAES, Eulália M. A.; CHAVES, Otávio R.; SILVA, Ricardo T. C. O ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares. Cáceres: UNEMAT, p. 179- 204, 2018.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na**

segunda metade do século XIX. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Construções do feminino no romance inglês do século XVIII*. Polifonia, Cuiabá, Nº02, p. 85-100, 1995.

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

Maria Julia Silva Marques

Mestra em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pesquisadora integrante do LABFOR - Laboratório de Antropologia Forense (UFMS), graduada em História - Licenciatura na Faculdade de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021).

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0298469549910158>
